

# **A CRUZ VERSUS A ESPADA: A RESISTÊNCIA DO CEAS DURANTE A DITADURA MILITAR**

**Grimaldo Carneiro Zachariadhes\***

**RESUMO:** Neste artigo será estudada a resistência do CEAS aos militares durante a ditadura militar. Procurarei demonstrar que a oposição do CEAS, diferentemente de outros setores da esquerda baiana, começou a se destacar a partir dos Anos de Chumbo. Através, principalmente, dos Cadernos do CEAS – uma revista da instituição que começou a ser publicada a partir de março de 1969 -, os membros do Centro Social denunciaram o caráter autoritário e a violação dos direitos humanos promovidos pelo Governo e criticaram o modelo econômico excludente dos militares. E, durante toda a ditadura, o CEAS acabou se tornando um local de aglutinação das esquerdas e dos Movimentos Sociais que lutassem pela volta ao Regime democrático e por melhores condições de vida.

A partir do Pós-2ª Guerra Mundial, a Companhia de Jesus, Ordem fundada por Inácio de Loyola no século XVI, passou por grandes mudanças. Os inicianos em todo o mundo, com a intenção de aumentar sua influência dentro da sociedade, se comprometeram mais com os problemas do seu tempo. A partir principalmente da segunda metade do século XX, os jesuítas começaram a priorizar em seu trabalho apostólico as questões sociais. Os inicianos viam os problemas sociais como um empecilho para a evangelização da sociedade e por isso trabalharam para ajudar a solucioná-los.

Um instrumento adotado pela Companhia de Jesus para enfrentar os problemas sociais nesse período foram os Centros de Informação e Ação Social (CIAS). Esses Centros tinham como objetivo difundir a Doutrina Social da Igreja e também ser um local de reflexão sobre as questões sócio-econômicas de um determinado lugar e que tentava ajudar os inicianos (e a sociedade) na superação dos problemas mostrando as causas e os meios para isto. Em Salvador, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) pelos jesuítas que formavam a vice-província da Bahia, na década de 1960. O CEAS se desenvolveu durante o período em que o país vivia sob uma ditadura militar e a instituição acabou se destacando na resistência aos militares no estado.

A partir de março de 1969, o CEAS começou a publicar uma revista que foi chamada de Cadernos do CEAS que reflete bem o pensamento da instituição. Os Cadernos nasceram como uma forma da instituição poder analisar a realidade do Brasil naquele momento, e entender as transformações que o país passava em um período de crescimento acelerado da economia. Entretanto, surgiram, também, como uma maneira de reagir aos militares, como afirmou Joviniano Carvalho Neto, os Cadernos do CEAS “por terem surgido no período ditatorial, foram muito orientados pela luta contra o regime autoritário, utilizando a força das idéias” (CEAS, 1994:15).

## **Do Golpe Militar aos Anos de Chumbo**

Como é de conhecimento geral, em 31 de março de 1964, os militares derrubaram o presidente da República, João Goulart, que acabou se exilando no Uruguai e com isso enterraram definitivamente as chamadas “Reformas de Base” defendida pelo presidente e por vários setores da sociedade. Logo após o Golpe militar começou uma violenta repressão às esquerdas. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi queimada, universidades invadidas e integrantes das Ligas camponesas, da Ação Popular e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) perseguidos e presos, além da cassação dos direitos políticos de várias pessoas.

A repressão, no contexto baiano, do pós-Golpe, também foi intensa. A residência universitária da Universidade da Bahia foi invadida e 45 estudantes e 2 funcionários presos (Brito, 2003:36). A sede do *Jornal da Bahia* também foi invadida e matérias do periódico que saíam naquele dia foram censuradas (Gomes, 2001:11). A sede do SINDIPETRO – Sindicato dos petroleiros foi tomada por forças combinadas da Polícia militar e do Exército (Oliveira jr.,1995:175-179). Os prefeitos de Salvador, Vitória da Conquista, Feira de Santana e de Ilhéus foram depostos dos seus cargos.

Porém, é importante lembrar que amplos setores da sociedade baiana legitimaram o Golpe Militar. Nos jornais da época, existem inúmeras manifestações de vários grupos e entidades aprovando a deposição de João Goulart pelos militares. A Associação Comercial da Bahia cumprimentava o Movimento que salvou o país da “iminente ameaça de sua comunização” e “uma delegação de senhoras cristãs” homenageava o comandante da 6ª Região Militar pela “maravilhosa campanha que se processou com tanta eficiência” afigurando “um milagre de Deus por intermédio das Forças Armadas”. O Conselho Universitário da Universidade da Bahia, também, congratulava-se “com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro” (Brito,2003:40).

O jornal *Semana Católica* da arquidiocese de Salvador afirmava que “veio mais uma vez o glorioso exército de Caxias, com seu patriotismo (...) salvar-nos do caos econômico, político e religioso em que nos queriam afundar”. E, o próprio Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva declarava que tinha sido “Deus” que tinha feito “as gloriosas Forças Armadas do Brasil ouvirem e realizarem os anseios da alma nacional”. O apoio que os militares receberam desses vários setores da sociedade foi fundamental para a consolidação do Golpe. E a “Marcha da Família com Deus pela Democracia” que em Salvador ocorreu, em 15 de abril, foi o coroamento destas manifestações de apoio. Um jornal chegou a afirmar que cerca de duzentas mil pessoas participaram do evento e estampou como manchete: “Toda a Bahia vibrou numa explosão de civismo”.

E, como os jesuítas que formaram o CEAS, na sua maioria estrangeiros (principalmente italianos), reagiram naquele momento? O padre Cláudio Perani afirmou que nem aprovou ou desaprovou a intervenção dos militares: “Naquela época eu ainda não tinha uma grande consciência da realidade política brasileira”. O padre César Galvan, no momento do Golpe, estava estudando na Europa e assistiu “apreensivo” a notícia da intervenção dos militares. O padre Francisco Barturen afirmou que, apesar de não ter feito nenhuma resistência explícita aos militares, não apoiou a derrubada de um regime democrático.

A partir de 1966, começavam a crescer as manifestações de oposição ao Regime militar na Bahia. Depois do desmantelamento das esquerdas no pós-Golpe, voltavam a estourar em Salvador, manifestações lideradas pelos estudantes – secundaristas e universitários – que demonstravam a reorganização do Movimento Estudantil depois das perseguições de 1964. O Movimento Estudantil baiano se destacava, nesse momento, na oposição ao Regime Militar, promovendo várias passeatas, greves, manifestações e tendo de enfrentar a polícia na rua em diversas ocasiões. Lutando pelos seus direitos e por maior liberdade, os estudantes na Bahia (e no Brasil) entraram em choque com o Governo militar (Brito, 2003 e Benevides, 1999).

O ano de 1968 foi crucial no enfrentamento das oposições ao Regime militar. Multiplicavam-se pelo Brasil manifestações públicas contra os militares. Esse momento foi de grande efervescência política e durou até a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Com esse Ato Institucional, os militares endureceram ainda mais a repressão. Com o AI-5, as liberdades individuais foram restringidas e as manifestações públicas de oposição não seriam mais toleradas.

Para Maria Helena Moreira Alves (2005:173), a violência desencadeada após o AI-5 convenceu muitos membros das classes médias de que a ditadura “só poderia ser derrubada pela força das armas”. Porém, as organizações de esquerda que optaram pelo enfrentamento armado contra os militares não conseguiram apoio nas camadas populares. Assim, isoladas na sociedade, foram vencidas rapidamente pela repressão. No seu estudo sobre a luta armada em Salvador, Sandra Regina Barbosa da Silva (2003:21) afirma que já em 1971, “fica praticamente destruída a possibilidade de reativação da luta armada na Bahia”.

No início da década de 1970, o Movimento Estudantil já estava enfraquecido, os Movimentos Sociais e sindicatos severamente reprimidos, a grande Imprensa e as artes vigiadas pela Censura, os partidos políticos legais (ARENA e MDB) controlados e as últimas resistências armadas sendo desarticuladas e seus integrantes sendo mortos ou presos. Foi nesse contexto de endurecimento do Regime que a oposição de setores da Igreja Católica se tornou cada vez mais importante. E, diferentemente de outros setores da esquerda baiana, foi justamente após o AI-5 que a oposição do CEAS começou a se destacar no enfrentamento contra o Regime militar.

O *Centro Social* não defendeu a luta armada como saída para a ditadura militar. O CEAS sempre criticou publicamente esta opção. Porém, a questão é um pouco mais complexa do que parece como podemos perceber na afirmação do leigo Luis Antônio Amorim de Aguiar: “não é que se fosse por princípio contra a luta armada, mas é que o pessoal [do CEAS] não via condições práticas para a luta armada”. O leigo Joviniano Neto fez uma análise parecida, e afirmou que era “justificável pro cristão” a luta armada, uma vez que existiam “motivos justos” naquele momento para tal ação, porém ele lembrou que “é fundamental na política a análise da correlação de forças (...) e não havia condições objetivas concretas de vitória, de eficácia”. Fica claro, então, que não era que os membros do CEAS fossem contrários completamente ao uso da violência contra um Regime autoritário, o problema era que eles não viam naquele momento histórico condições para isso.

Ao comentar a morte do capitão Carlos Lamarca, no caderno 26, os membros do CEAS consideravam “a sua estratégia – nas condições atuais do Brasil – toda ela um erro, a sua decisão foi um erro fatal” (CEAS, 1973:1). Percebe-se nesta afirmação que não se negava “a estratégia” em si, mas sim, as condições históricas em que ela foi usada. Eles percebiam o enfrentamento da ditadura militar pelas armas como um erro, pois, as esquerdas não tinham condições materiais para enfrentar as Forças Armadas e as camadas populares não estavam organizadas e nem dispostas para um confronto armado. O jesuíta Domingos Cúnico, em 1973, comentava:

Não acredito na eficiência de uma luta armada. Só poderia ser um último recurso, mas com gente preparada e capaz de assumir. Só um jogo político não muda os corações, não muda o egoísmo (...) Acredito na paciência da fermentação evangélica. Por outro lado, a experiência atual da A.L. [América Latina] não deixa esperar uma revolução a breve prazo.

O CEAS ao não defender a luta armada como solução para o enfrentamento contra a ditadura militar no Brasil, impediu que ocorresse o seu isolamento dentro da sociedade como aconteceu com as organizações de esquerda armada. Através, principalmente, dos cadernos do CEAS, os membros do *Centro Social* iriam denunciar o autoritarismo e a violação dos direitos humanos promovidos pelo Regime e criticar o modelo econômico excludente dos militares. Os integrantes do CEAS empunharam a bandeira que poderia unir vários segmentos da sociedade baiana contra a ditadura: a da Redemocratização.

## “Boves et oves”

No governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o Brasil passou por um período de crescimento econômico acentuado, refletindo no crescimento acelerado do PIB - Produto Interno Bruto. Porém, o governo de Médici é considerado também como o período mais autoritário da ditadura. Esse momento ficou conhecido como os *Anos de chumbo* devido à violentíssima repressão sofrida pela oposição durante o seu governo. Manifestação social contrária ao Regime não era permitida, os direitos fundamentais do cidadão foram constantemente violados, a tortura se tornou prática corrente contra os opositores do Governo e qualquer oposição, por mais moderada que fosse, poderia ser enquadrada como um caso de Segurança Nacional.

Para se ter uma dimensão do clima de tensão que setores da sociedade brasileira passavam naquele período, o relato de Júlio Brandão, que foi colaborador do CEAS, é revelador. Em 1970, ele era professor de história em duas escolas tradicionais de Salvador, e passou para seus alunos uma apostila que continha um relato de um sacerdote inglês que comentava a exploração dos operários durante a Revolução Industrial na Inglaterra. Nesse relato, o sacerdote abordava a exploração do trabalho infantil naquele país e comentava que crianças de até 12 anos tinham jornada de trabalho de até 14 horas diárias. Por ter passado esse texto para os alunos, Júlio Brandão foi intimado a comparecer no quartel da 6ª Região Militar, onde o comandante, de posse de um fac-símile da apostila, ameaçou prendê-lo. O militar fazia afirmações do tipo: “o lugar do senhor é na Rússia”, e também, “o senhor aí tá comunizando os meninos”. Júlio Brandão sintetizou, assim, o clima de tensão na época:

Nesse momento, você não podia absolutamente questionar nada, levar nenhum debate teórico como era esse de uma situação política do século XIX, na Inglaterra, que dizia respeito totalmente à mão-de-obra infantil, isso foi colocado como um problema de Segurança Nacional.

No seu trabalho sobre o Movimento Estudantil da Bahia durante a ditadura militar, *Proibido proibir – Uma geração na contramão do poder*, Silvio Benevides afirma que antes do AI-5, o Movimento Estudantil vivia um período de “efervescência” na luta contra os militares. Mas, de 1969 até 1974, Benevides assevera que o Movimento Estudantil passou por um período de “obscuridade”, desaparecendo as grandes manifestações anteriores ao AI-5 (Benevides, 1999:71-80). Foi nesse momento, de endurecimento do Regime militar, que os setores da esquerda e do Movimento Estudantil encontraram no CEAS um espaço com certa liberdade para fazer oposição aos militares e um aliado na luta pela volta do país a um regime democrático.

O Movimento Estudantil viu na instituição um local de apoio. Segundo Ana Cecília Bastos, por causa do clima de insegurança do período, muitas reuniões estudantis ocorreram na sede da instituição por ser um espaço mais seguro contra a repressão. Um líder estudantil que depois viria a ser integrante do CEAS declarou que “na época, o Movimento Estudantil todo tinha uma aproximação muito grande com o CEAS”. Porém, o *Centro Social* era um espaço de apoio para vários setores da sociedade baiana e não só aos integrantes do Movimento Estudantil. Como afirmou Elsa Kraychete, o CEAS era um “ponto de interseção com todos aqueles que lutavam pela democracia”.

Os cadernos do CEAS sempre tiveram uma importância muito grande para a instituição, já que foi principalmente através dos *Cadernos* que o CEAS ganhou uma projeção nacional durante a ditadura militar. Porém, o *Centro Social* abrangia um complexo de atividades muito mais vastas. E, no início da década de 70, o CEAS começava a ampliar sua atuação política na sociedade. Além da publicação dos *Cadernos*, começava-se o trabalho de base nas comunidades populares. O CEAS, então,

criou duas equipes: a “Equipe de Redação” que trabalhava nas edições dos Cadernos do CEAS e a “Equipeduca” que trabalhava diretamente com as bases.

A “Equipeduca” tinha como objetivo geral o assessoramento dos trabalhos de base. O que os membros desta equipe chamavam de “assessoramento” eram atividades das mais diversas. Significava desde estudos sócio-econômicos de regiões pobres, visitas a cidades do interior para a organização de seminários, até a ajuda na formação, nos bairros e comunidades, de grupos de pressão na defesa de seus interesses. Além dessa diversidade de trabalhos que era obrigação da “Equipeduca”, a sua área de atuação era muito extensa. Em Salvador, eles trabalhavam nos bairros do subúrbio. Mas, também trabalhavam em várias comunidades da região Nordeste (e chegaram a atuar em outras regiões também).

As atividades do CEAS foram se ampliando durante a década de 70, por isso, cada vez foi mais importante a participação dos leigos dentro dessa instituição da Companhia de Jesus, pois, pelo número reduzido dos jesuítas, eles não teriam condições sozinhos de dar conta de todas as atividades que o *Centro Social* promovia nos vários estados brasileiros. Muitos integrantes das esquerdas (e do Movimento Estudantil) começaram a fazer parte do CEAS, pois, era um local, ainda, possível de se fazer um trabalho político com as bases e uma oposição pública aos militares.

Como está contido em um documento da instituição: “O CEAS é uma entidade de Igreja; sua inspiração [é] evangélica, seus objetivos, porém, não são confessionais”. Para trabalhar na instituição eram analisados o posicionamento e a atuação política, e não o credo do indivíduo. O CEAS incorporava no seu quadro aquelas pessoas da esquerda que quisessem lutar por uma sociedade mais justa e pela volta ao Regime democrático. Nas esquerdas daquele período, os marxistas tinham uma grande força. O Centro de Estudos e Ação Social abriu as suas portas também para os marxistas. Além dos jesuítas e leigos católicos que formavam o CEAS, fizeram parte da instituição, membros de partidos proscritos como o PCB – Partido Comunista Brasileiro e o PC do B – Partido Comunista do Brasil.

Segundo o jesuíta Cláudio Perani, a contribuição dos marxistas “foi sempre fundamental” na instituição e “deram ao CEAS uma maior abertura e aceitação, particularmente no mundo das esquerdas”. Os cadernos do CEAS também publicavam textos de intelectuais marxistas (e de outras correntes da esquerda), como concluiu o marxista e integrante do CEAS, José Crisóstomo, ao falar dos *Cadernos*: “Creio que a revista foi (...) uma grande experiência de sincretismo baiano, um corredor, um canal de comunicação e diálogo entre setores de inspirações diversas que têm importância na formação de uma cultura política no Brasil” (CEAS, 1994:18).

Se, por um lado, como foi dito por Cláudio Perani, essa “abertura” aos marxistas fez com que o *Centro Social* ganhasse mais legitimidade e importância para as esquerdas baianas; por outro, fez com que a instituição fosse, também, muito criticada pelos setores católicos mais conservadores que não concordavam com essa aproximação com os marxistas e nem com o diálogo que os jesuítas promoveram com o marxismo nos cadernos do CEAS. Um dos membros da Igreja baiana que fez severas críticas a essa postura do CEAS foi o arcebispo de Salvador, D. Avelar Brandão Vilela (1971-1986), que discordava desse contato estreito da instituição com os marxistas.

O arcebispo manifestou sua preocupação em relação ao diálogo do CEAS com o marxismo em uma carta endereçada ao *Centro Social*, em 1972: “Percebo que o aproveitamento da análise científica dos fatos caracterizadas por uma ideologia não cristã pode trazer muitos equívocos, sobretudo quando se quer fazer trabalho de base”. Em uma ocasião, em que o arcebispo esteve no CEAS, ele afirmou que o Centro de Estudos e Ação Social era uma instituição formada por “boves et oves” (expressão, em latim, que significa bois e ovelhas). Para D. Avelar, as “ovelhas” eram os jesuítas e os leigos

católicos que trabalhavam na instituição. E, os “bois” seriam os marxistas, ou seja, os ateus.

Apesar das críticas dos setores católicos contra o contacto do CEAS com os marxistas, esta instituição da Companhia de Jesus recebeu uma contribuição muito importante deles (tanto quanto dos leigos católicos). Em um período de cerceamento das liberdades individuais e da tentativa de controle de todos os canais de participação política da sociedade (como sindicatos, partidos políticos, entre outros) pelo Governo, o CEAS se tornaria um espaço de encontro e resistência das esquerdas baianas. Jesuítas, leigos católicos e marxistas de vários partidos se uniram, dentro da instituição, contra o inimigo externo comum: a ditadura militar.

### **Os Cadernos do CEAS rompendo os *Anos de Chumbo***

Através dos Cadernos do CEAS, os membros do *Centro Social* denunciaram constantemente a violação dos direitos humanos, a restrição dos direitos individuais e criticaram o modelo econômico excludente defendido pelos militares. Os três primeiros cadernos saíram ao mesmo tempo, em março de 1969, e abordavam a situação política do Brasil pós-AI-5. Esses três primeiros números criticavam os poderes extraordinários que o Poder Executivo conseguiu com esse Ato Institucional, analisavam a relação do Estado com a sociedade e defendiam a volta ao Regime democrático.

No caderno número 1 estava reproduzido o documento da CNBB, *Declaração dos membros da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, que tinha sido entregue pelos bispos ao presidente da República. Neste texto, o episcopado demonstrava uma enorme preocupação com a situação do país após o AI-5, já que este Ato Institucional possibilitava arbitrariedades tais como “a violação dos direitos fundamentais” do cidadão e tornava “muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados”. Por isso, os bispos apelavam “a todos os homens de boa vontade, principalmente aos atuais responsáveis pelo destino da nação” que “se leve a termo, quanto antes possível, a redemocratização do Regime” (CNBB, 1969:2-6).

Os cadernos 2 e 3 são trabalhos feitos pelos próprios membros do CEAS. No caderno número 2, estava publicado o artigo *Colaboração Igreja-Governo*. O texto falava da tentativa dos militares e políticos de capitalizarem o prestígio da Igreja Católica para eles mesmos utilizando referências de documentos pontifícios em suas falas e procurando o apoio dos bispos para seus projetos. O documento advertia das pressões do Governo contra as posições críticas do episcopado com relação à realidade política e social brasileira no período, e da tentativa de limitar a ação da Igreja Católica na esfera do “estritamente espiritual”. Os membros do CEAS lembravam da autonomia da Igreja para defender posições políticas na ordem temporal e conclamavam a Igreja a não se calar, pois:

A missão da Igreja de fato é a vida espiritual dos homens, mas esta vida não é algo abstrato, separado da vida terrena, algo que nos faça viver num outro mundo. Vida espiritual ou vida de fé significa a nossa vida terrena aberta aos valores supremos, escatológicos, transcendentais, mas é sempre esta realidade humana, vivida nesta terra, assumida toda a problemática temporal e levando-a a realização definitiva na entrega a Cristo. A fé não aliena; ao contrário, engaja o homem na realização do Reino de Deus que inicia aqui na Terra (CEAS, 1969a: 2-15).

No Caderno 3 estava contido o texto *Poderes de exceção e Redemocratização*. Nele, os integrantes do CEAS sinalizavam contra o perigo dos poderes estarem concentrados nas mãos dos militares. Eles criticavam a tentativa do Regime militar de

eliminar o pluralismo político na sociedade restringindo a liberdade de expressão com a censura à imprensa. Os membros do CEAS definiram essa posição do Governo como “semente de Totalitarismo”. No texto, eles ironizavam a postura do Governo militar que apesar de cada vez mais limitar as atividades políticas e cercear as liberdades individuais continuavam “afirmando uma democracia que ridiculariza a nação brasileira diante da opinião mundial”. E utilizando um trecho do discurso do general-presidente Costa e Silva, sintetizavam a atuação dos militares naquele momento: “A mais traiçoeira manobra dos sistemas totalitários consiste em se fazer parecerem democráticos para mais eficientemente destruir a democracia”. (CEAS, 1969b: 2-15)

Esses cadernos tiveram uma repercussão muito grande nas esquerdas baianas. E, nesses três exemplares já demonstravam como seria a posição do Centro de Estudos e Ação Social com relação ao Regime militar. Nos *Cadernos*, os membros do CEAS procuraram mostrar um Brasil diferente do que era construído pela propaganda do Regime, interpretando as mudanças pelas quais o país passava com a modernização promovida pelos militares e criticando o modelo econômico adotado no país. Os membros do CEAS também publicaram na sua revista vários documentos que atacavam o Governo militar, denunciando o caráter autoritário do Regime e a violação dos direitos humanos e que por causa da censura não poderiam ser publicados na grande Imprensa.

No caderno 9-10, estava contido o *Manifesto do clero da arquidiocese de São Luis do Maranhão* (1970:56-57), onde os signatários manifestavam suas preocupações com a situação brasileira. Apesar de constatarem certo dinamismo na economia local e um desenvolvimento industrial no estado, eles sentiam a necessidade de destacar que para os camponeses a situação piorou. Eles eram vítimas da opressão de poderosos que “os impedem de usufruir os direitos do homem, proclamados pelo Evangelho e garantidos pela Constituição Brasileira”. E denunciavam: “Fato dos mais revoltantes é a constatação de que, em muitos pontos do interior do Estado, o organismo policial de defesa dos direitos humanos é transformado em instrumento de opressão em favor de lideranças políticas”.

Nesse mesmo número estava contida uma denúncia do episcopado do Ceará, Piauí e Maranhão contra a prisão dos padres José Antônio de Magalhães Monteiro e Xavier Giles de Maupeou d’Ableiges que foram acusados pela Polícia Federal de atividades subversivas. Nesse documento, os bispos acusavam os policiais de terem torturado o padre José Antonio, e descrevem os suplícios sofridos pelo sacerdote que “foi amarrado nos punhos e nos pés, pendurado num pau que ia de uma janela a uma mesa. Aí ficou cerca de duas horas e desse modo iníquo foi ultrajado”. Em outro momento, avisavam os bispos, o sacerdote foi submetido durante cerca de três horas a “pontapés, puxões de cabelo, bofetadas no rosto, pés no abdome, tudo isto com o objetivo de fazê-lo confessar crimes de que é acusado”. Os policiais chegaram a fingir que iriam queimá-lo, então, “depois de tanto suplício, sem mais domínio de si mesmo, o padre assinou tudo quanto lhe foi apresentado” (“Nota da Comissão Episcopal do Nordeste I da CNBB”, 1970:58-60).

No momento em que o Centro de Estudos e Ação Social publicava essas denúncias contra o Regime na sua revista, acabava dando uma visibilidade nacional (e também internacional) aos fatos denunciados. Os textos produzidos pelo clero que atacavam as arbitrariedades do Governo dificilmente encontrariam outros espaços para serem publicados por causa da censura aos Meios de Comunicação, ficando com isso restrita a sua divulgação. No entanto, o *Centro Social* não publicou apenas documentos da Igreja Católica denunciando as arbitrariedades do Regime nos *Cadernos*, também foram publicados documentos das esquerdas de forma geral.

No caderno 15, estão contidos dois documentos de universitários da Faculdade de economia da UFBA pedindo solidariedade contra a ameaça de expulsão da universidade

e cassação por 3 anos do direito de estudar do aluno José Sérgio Gabrielli que estava a apenas 25 dias da conclusão do curso. O estudante, ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), estava sendo julgado com base no decreto-lei 477 e, segundo o manifesto, o motivo era “a existência de uma acusação alheia à vida universitária”. Os membros do CEAS diziam que esse episódio mostrava “a incongruência de certas normas, que não podem mais ter um valor de lei, quando vão contra direitos da consciência humana” (“Decreto 477”, 1971:59-61).

Mas, além do cerceamento das liberdades e da violação dos direitos humanos, os membros do CEAS criticavam também a política econômica adotada pelos militares. Nesse momento, o Brasil vivia o seu “milagre” na economia devido ao crescimento acelerado do país. Aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável e de investimentos do capital estrangeiro, o Brasil teve um desenvolvimento industrial surpreendente. A economia brasileira cresceu rapidamente e os militares construíram um moderno sistema de telecomunicações que integrou quase todo o país (Prado e Sá Earp, 2003: 222-228). Mas, esse desenvolvimento não foi conjugado com uma busca pela equidade social, muito pelo contrário, só fez ampliar as desigualdades. E era essa a principal crítica contida nos *Cadernos* com relação ao modelo econômico brasileiro.

No caderno 21, de outubro de 1972, o CEAS iria demonstrar as fragilidades e os problemas do “milagre brasileiro”, utilizando os dados oficiais publicados no censo demográfico de 1970. Nesse número, os membros da instituição teciam críticas incisivas ao modelo econômico do Regime. Comentavam que “os recenseadores tiveram a cara-de-pau” de ainda perguntar a alguns entrevistados: “Quanto ganha você meu irmão?”. E sarcasticamente eles afirmavam: “E o irmão, na hora, parece não se ter lembrado com muita clareza do milagre brasileiro”. De acordo com os dados do Censo vinha “a constatação global de que as disparidades de renda se aprofundaram na década de 1960 a 1970”. Com os dados apresentados pelo IBGE ficava clara a ampliação das desigualdades sociais, ou seja, “muitos ganham pouco, poucos ganham muito. Mas o Brasil progride”.

Eles também analisavam as desigualdades sociais com uma perspectiva regional. Apesar de pequenos setores na região Norte e Nordeste gozarem “dos altos rendimentos dos extratos superiores do Rio e de São Paulo”, os estados do Nordeste continuavam tendo “mais de cinquenta por cento dos trabalhadores na faixa ínfima de rendimentos mensais”. O que eles observaram que não havia exceção para nenhuma região brasileira era em relação à concentração de renda, pois, “em todas as regiões, quando comparamos 1970 com 1960, constatamos um agravamento das disparidades entre as classes. (...) É a superfície do nosso desenvolvimento”. (CEAS, 1972: 1-37)

A partir de meado da década de 1960, a Bahia passou por um crescimento econômico devido aos investimentos feitos pelo Governo Federal. A instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) promoveram um crescimento acelerado para o estado (CEPLAB, 1978:20-22). Porém, como aconteceu em nível nacional, o desenvolvimento econômico na Bahia não estava conjugado com um desenvolvimento social da população. Isso ficava claro na análise feita da Bahia, no final da década de 60, pelos jesuítas do CEAS: “Em síntese, o setor social constitui para a Igreja um dos apelos mais urgentes, pois, de regra geral na Bahia o desenvolvimento econômico caminha muito mais rapidamente do que o desenvolvimento social e humano, aumentando a marginalização das massas”.

O Centro de Estudos e Ação Social era (e é) uma instituição que tinha (e tem) como objetivo principal a luta pela promoção humana. Para os membros desse Centro, o Regime militar era um empecilho ao seu objetivo, pois desde que os militares assumiram o poder, as condições de vida da maioria da população tinham piorado, sejam por causa da restrição às liberdades e da violação dos direitos humanos ou por causa de um



modelo econômico que enriquecia poucos, deixando a grande maioria da população em situação de pobreza. Por isso, para que o objetivo central do CEAS fosse alcançado (a promoção humana), era condição *sine qua non* o fim da ditadura militar.

### ***Uma Igreja a Caminho do povo: A apreensão do Caderno 27***

O conflito maior do CEAS com os militares por causa dos Cadernos do CEAS se deu em 1973, com a publicação do número 27 intitulado *Uma Igreja a caminho do povo*. Nesse caderno estava reproduzido na íntegra os manifestos *Eu ouvi os clamores do meu povo*, documento assinado pelos Superiores e bispos do Nordeste e *Marginalização de um povo*, documento assinado pelos bispos do Centro-Oeste; além de um pronunciamento de D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, feito em 5 de maio de 1973, intitulado *São Paulo, Capital do trabalho, chamada a ser Modelo de Justiça*. Antes de analisar o conteúdo deste caderno, torna-se necessário sabermos como estes documentos foram pensados para vermos como setores da Igreja Católica, a nível nacional, estavam se articulando para resistir aos militares.

No início da década de 1970, existiu um grupo de padres, bispos e leigos que se reunia para pensar que tipo de ação pastoral a Igreja tinha que desenvolver durante o Regime militar. Esse grupo se colocava à margem da CNBB. Fazia parte deste grupo D. Tomás Balduino, D. Antonio Fragoso, D. Pedro Casaldáliga, D. Timóteo Amoroso, o padre Agostinho Pretto, Ivo Poletto, entre outros. Em janeiro de 1973, D. Tomás Balduino com sua equipe percorreu várias capitais para pensar, de forma coletiva, uma maneira de responder ao endurecimento da Ditadura. Em Salvador, alguns encontros deste grupo ocorreram no CEAS.

A partir desta iniciativa foi que surgiu a idéia de publicar três documentos: um sobre a situação das classes populares no Nordeste, outro sobre a situação camponesa do Centro-Oeste e mais um, em São Paulo, sobre a questão operária. Todos os três deveriam ser lançados no mesmo dia, no 25º aniversário da “Declaração Universal dos Direitos do Homem” da Organização das Nações Unidas. O documento do Nordeste ficou sob a responsabilidade de um grupo de Recife, liderado pelo padre Humberto Plumm que tinha o apoio de D. Helder Câmara e de um grupo de Salvador formado pelos membros do CEAS, do Mosteiro de São Bento e do grupo *Moisés*. Depois deste trabalho concluído, começou-se a busca pelas dioceses do Nordeste para que os superiores e bispos assinassem o manifesto.

Os provinciais dos jesuítas da Bahia, Tarcísio Botturi e o de Recife, Hindenburgo Santana assinaram o manifesto junto com o abade D. Timóteo Amoroso e o arcebispo D. Helder Câmara. Além deles, mais 14 religiosos (entre bispos e provinciais) assinaram o documento. Depois das assinaturas dos bispos e Superiores, o documento que foi intitulado *Eu ouvi os clamores do meu povo* foi levado ao Mosteiro de São Bento, em Salvador, para ser impresso na gráfica beneditina. No dia previsto, apenas o documento de São Paulo não ficou pronto para o lançamento, sendo substituído por um pronunciamento feito no dia anterior, na rádio *9 de julho*, por D. Paulo Evaristo Arns.

No documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, setores da Igreja Católica do nordeste denunciavam a situação de penúria que passava a maioria da população dessa região. Eles demonstravam isso utilizando os dados oficiais da SUDENE e do Censo do IBGE de 1970. Lembravam que a fome assumia nessa região “características epidemiológicas” e afirmavam que “o subdesenvolvimento continua sendo a nota característica mais importante do Nordeste”. Defendiam a “propriedade social dos meios de produção” e expressavam uma crítica incisiva aos militares com relação à violação dos direitos humanos. O *Eu ouvi os Clamores do meu povo*, “o documento mais radical que

uma força política não clandestina jamais ousara publicar desde 1964”, (Alves, 1979:257) denunciava:

A inviolabilidade do lar, o “habeas Corpus”, o sigilo da correspondência, as liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento, são direitos que foram subtraídos ao povo. A liberdade sindical e o direito de greve foram arrebatados à classe operária.

Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos é excedida por atos de violência ainda maior. O **terrorismo oficial** instituiu o controle através da espionagem interna e da polícia secreta recorrendo com frequência à tortura e ao assassinato. (“Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo”, 1973:37-60) (negrito meu)

O manifesto assinado pelos bispos do Centro-Oeste foi denominado *Marginalização de um povo* e também estava proibido de ser mencionado pela imprensa nacional. Esse documento que foi feito pela Igreja Católica do Centro-Oeste teve uma repercussão imensa e também foi influenciado pelo CEAS. Diferentemente do manifesto da Igreja do Nordeste, em que o CEAS teve uma participação direta na construção do próprio documento, no manifesto da Igreja do Centro-Oeste, o CEAS teve uma influência indireta. Esse documento é muito baseado nos textos dos Cadernos do CEAS, demonstrando, assim, que os *Cadernos* já tinham se tornado, nesse momento, uma referência teórica para a Esquerda Católica no Brasil.

Nesse documento, os membros da Igreja criticavam a pobreza em que viviam os camponeses da região. Afirmavam que ao povo era negado os seus direitos e quando se procurava esclarecer os lavradores, taxava-se logo este trabalho de “subversão”. No manifesto era criticada a estrutura fundiária no Brasil, defendendo-se uma Reforma Agrária imediata. E propunha como solução para o problema da miséria, a superação da propriedade privada dos meios de produção, pois, “é preciso vencer o capitalismo. É ele o mal maior, o pecado acumulado, a raiz estragada, a árvore que produz esses frutos que nós conhecemos: a pobreza, a fome, a doença, a morte da grande maioria” (“Marginalização de um Povo”, 1973:7-36).

Esses documentos tiveram uma grande repercussão internacional, porém, no Brasil, por causa da censura, seu impacto foi restrito. Por isso, os membros do *Centro Social* resolveram publicar os dois manifestos no caderno 27, de outubro de 1973. A publicação desses documentos foi um exemplo claro de afronta aos militares e coragem feitos pelos membros do CEAS, pois, como vimos, esses manifestos estavam proibidos de serem publicados; mesmo assim, o CEAS resolveu incorporá-los na sua revista. Porém, essa afronta teria um preço a ser pago.

Quando o CEAS começou a enviar os exemplares do caderno 27 para os assinantes, eles foram apreendidos pela Polícia Federal nos Correios. Esse número foi proibido de ser vendido pela instituição. O Centro de Estudos e Ação Social sofreu a ameaça de ser proibida a publicação dos *Cadernos*. O jesuíta Cláudio Perani foi resolver o impasse na sede da Polícia Federal e a solução proposta foi que a partir do próximo número, um exemplar tinha que ser sempre enviado para a Polícia Federal.

Porém, inicialmente além dos cadernos do CEAS serem enviados à Polícia Federal, o CEAS ficou recebendo os chamados “bilhetinhos” da Censura Federal. Esses “bilhetinhos” eram censuras escritas enviadas à Imprensa, informando o que não poderia ser publicado pelos Meios de Comunicação. Foram encontradas nos arquivos do CEAS, 28 censuras por escrito que datam do final de 1973 até o final do ano de 1974.

Entre as censuras encontradas, existe uma que proíbe qualquer matéria ou propaganda paga sobre a peça teatral “Calabar” de Chico Buarque, outra diz que o noticiário sobre atividades estudantis “em qualquer área do território nacional” era também proibido. Existem censuras proibindo a divulgação de comentários sobre os indicados ao ministério pelo presidente Ernesto Geisel, sobre o padre Jentel ou “assunto a ele vinculado direta ou indiretamente”, ao manifesto do “grupo autêntico” do MDB, à política salarial do governo, entre outros assuntos. E também constava a censura que foi emitida para quase todos os órgãos de Imprensa do país:

DE ORDEM SUPERIOR, REITERO TOTAL PROIBIÇÃO, POR TEMPO INDETERMINADO, QUALQUER MATÉRIA, ATRAVÉS [DOS] MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, ESCRITO, FALADO E TELEVISADO, SOBRE DOM HELDER CÂMARA.

Salvador, 08 de fevereiro de 1974.

Mesmo depois que os Cadernos do CEAS começaram a ter de ser enviados a Polícia Federal, continuou a publicação de artigos e textos que criticavam fortemente o Governo militar. Os próprios membros reconheceram que a Censura não foi intensa contra os textos produzidos nos Cadernos do CEAS. Uma das explicações para isso, talvez seja o fato de os *Cadernos* terem uma linguagem mais acadêmica, atingindo um público mais reduzido (geralmente formado por intelectuais, religiosos, professores, universitários, agentes de base e profissionais liberais). Porém, os setores que liam os Cadernos do CEAS eram formadores de opinião e tinham uma grande influência e representação junto à sociedade civil. Evidentemente, que isso desagradava aos militares.

### **A tentativa de expulsão dos padres Cláudio Perani e Andrés Mato**

Quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República em 15 de março de 1974, começou o processo conhecido como “distensão”. Geisel pretendia promover uma liberalização gradual do Regime militar depois do período autoritário do governo Médici. O general-presidente desejava aumentar lentamente o espaço de participação política de alguns setores da sociedade, porém, sem prejudicar o controle exercido pelos militares nesse processo. E como defendiam os partidários do Governo essa distensão tinha que ser “lenta, gradual e segura”.

Ernesto Geisel teve de enfrentar a oposição de setores militares que não concordavam com a distensão feita pelo presidente. Geisel também endureceu contra a oposição civil que lutava por uma maior participação política e por maior liberdade. Em várias ocasiões, ele usou os poderes excepcionais que o AI-5 lhe outorgava. Em certos momentos, ele parecia retroceder no processo que ele mesmo ajudara a criar. Segundo o jornalista Elio Gaspari (2004:35), “esses sinais contraditórios refletiam o tipo de controle que Geisel procurava manter sobre o processo político”. Colocando-se como árbitro do processo da transição, Geisel “queria a distensão desde que tivesse a prerrogativa de dizer qual, como e quando”.

Os membros do CEAS se mostraram sempre críticos a essa distensão construída por Ernesto Geisel. Em 1974, eles comentavam a atitude de “aparente diálogo” que o Governo queria promover com a Igreja Católica no editorial *Igreja e Estado: Os primeiros sinais de paz?* Nesse texto, eles relatavam encontros e reuniões entre as cúpulas das duas instituições. Mesmo antes da posse de Geisel, seu braço-direito, o general Golbery do Couto e Silva já tinha se encontrado com alguns bispos. Porém, os membros do CEAS afirmavam que apesar dos contactos entre as várias autoridades: “não podemos alimentar esperanças”. Alertavam que apesar da prometida liberalização do Regime,

prisões e censuras continuavam, por isso, “o único e verdadeiro caminho ao diálogo deve ser o da solidariedade ativa com as classes mais pobres”(CEAS,1974:1-3).

Os integrantes do CEAS não acreditavam no diálogo com os militares (e nem pretendiam). Eles aproveitaram o momento de liberalização do Regime militar para apoiar a organização dos vários segmentos das esquerdas e dos Movimentos Sociais para pressionarem o Governo para que se concretizasse uma efetiva redemocratização do país o mais rápido possível.

Apesar da liberalização do Regime, o clima de insegurança era muito grande naquele momento. A violência contra a oposição ainda era a tônica dos setores da repressão. No período de 1975-76, as forças da repressão começaram uma perseguição aos membros do PCB e PC do B. Operações de busca e prisões ocorreram em várias cidades do país. Dessas operações culminou no assassinato do jornalista Vladimir Herzog, no 2º Exército, em São Paulo, onde morreria alguns meses depois, o operário Manuel Fiel Filho. Em dezembro de 1976, ocorreria o “Massacre da Lapa”, quando militantes do PC do B foram mortos pelos militares (Silva, 2003: 264-266).

Nesse momento histórico, o Movimento Estudantil baiano começava a se reorganizar e a pressionar por melhorias no ensino e por maior liberdade. Em 1975, ocorreu uma greve de grande proporção na UFBA que quase parou a universidade por completo. Esta paralisação é considerada como a 1ª grande greve estudantil depois de 1968. Por essa greve, os estudantes foram ameaçados de expulsão baseado no Decreto-Lei 477. Um líder estudantil comentou como foi tratado o caso pelas autoridades: “As unidades da UFBA foram ocupadas por tropas do Exército (...) Muitos líderes tiveram que fugir de Salvador, pois passaram a ser caçados pela repressão”. (Apud Benevides,1999:91) Esse relato demonstra que a violência contra as mobilizações civis não eram situações do passado.

Nesse momento de reorganização de setores da sociedade durante a ditadura militar, o CEAS também teve um papel muito importante. O *Centro Social* serviu como um local de aglutinação das esquerdas e dos trabalhadores que quisessem se organizar para pressionar a ditadura por maior liberdade ou para lutar por melhores condições de vida. Durante todo o período do Regime militar, o CEAS sempre cedeu a sua sede para reunião de vários segmentos civis. Porém, pelo menos desde 1977, até o meado da década de 1980, isso se tornou uma prática constante. Na sede do *Centro Social* ocorreram inúmeras reuniões feitas por dezenas de organizações. Desde o Comitê Brasileiro pela Anistia, o Trabalho Conjunto, a Comissão Pastoral da Terra, até grupos de bairros, metalúrgicos, trabalhadores rurais, professores universitários, estudantes, jornalistas entre muitos outros se reuniram no CEAS. Desde 1979, pelo menos ocorriam duas reuniões por semana na sede do *Centro Social* dos mais variados grupos de esquerda ou de trabalhadores.

Como afirmou uma líder estudantil que viria a fazer parte do *Centro Social*: “Várias reuniões do Movimento Estudantil que eram proibidas na universidade, a gente podia fazer dentro do CEAS”. O *Centro Social* também teve participação na fundação de partidos de oposição à ditadura. Como disse Jorge Almeida, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) na Bahia e que nunca foi membro de *Centro Social*, o CEAS deu um auxílio muito importante ao partido, no sentido em que algumas das reuniões para a fundação do PT ocorreram na sede da instituição. Os documentos internos do CEAS demonstram que o PT foi o partido que mais utilizou a sede da instituição naquele período. No entanto, não se deve imaginar que o CEAS tivesse uma vinculação partidária com o Partido dos Trabalhadores, pois, o recém criado PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro também se reuniu na sede do *Centro Social*. O que explicaria isso? Por que esses vários setores da esquerda e dos Movimentos populares se reuniam na sede do CEAS?

Devemos lembrar como foi demonstrado anteriormente, que apesar da liberalização política promovida pelos militares, o clima de insegurança era muito grande. A repressão continuava sendo usada contra setores civis que se organizassem contra o Governo, seja para lutar por melhores condições de vida ou para lutar pela volta ao Regime democrático. As prisões e invasões eram rotineiras. Então, esses setores viam no CEAS um *lugar seguro* contra a repressão dos militares. Evidente que durante uma ditadura, dificilmente existiria um lugar totalmente seguro. Porém, esses setores percebiam que a ligação orgânica do CEAS com a Igreja Católica oferecia uma maior proteção contra a ação dos militares do que em outros lugares. O fato é que durante o Regime militar, em momento algum, o CEAS foi invadido. Porém, isso não implica dizer que a repressão não fosse chegar a alguns dos seus membros.

No dia 28 de outubro de 1978, o jesuíta italiano Cláudio Perani, coordenador do CEAS, estava voltando de uma viagem à Europa onde tinha participado de um Encontro de Jesuítas. Quando chegou ao aeroporto internacional 2 de Julho, em Salvador, foi impedido de deixar o local. Os policiais disseram que o nome dele constava em uma lista de 1500 pessoas proibidas de regressar ao Brasil. A Polícia Federal queria que Perani retornasse imediatamente para a Itália na mesma aeronave. Porém, segundo o jesuíta, o comandante do avião disse que não tinha condições naquele momento de retornar. Então, o padre teve que ficar isolado na sala VIP do aeroporto. Nesse ínterim, ele conseguiu avisar da sua detenção a um inaciano que o esperava, que tratou logo de avisar a Ordem dos Jesuítas. O provincial ligou para D. Timóteo Amoroso e D. Avelar Brandão para informar do ocorrido e para pedir ajuda para uma solução do problema.

Quando ficou sabendo do acontecido, a atitude do Cardeal de Salvador foi enérgica. Imediatamente ligou para Brasília para entrar em contacto com o ministro da Justiça Armando Falcão. Mas, não conseguiu, uma vez que naquele momento, Falcão estava no Ceará. Mesmo sem nenhuma solução para o caso tomada, o Cardeal foi pessoalmente ao aeroporto para trazer Cláudio Perani. D. Avelar procurou no aeroporto o superintendente da Polícia Federal Hélio Romão para tentar solucionar o caso. Depois de cinco horas detido no aeroporto, o padre Perani pôde sair junto com D. Avelar. A Polícia Federal alegou, naquele momento, que tinha sido um “equivoco” a detenção do jesuíta, fruto de uma confusão nos nomes.

Ao chegar à sede do CEAS e receber o apoio dos colegas, ele concedeu uma entrevista coletiva para comentar o caso. Cláudio Perani que estava no Brasil desde 1962 e que já tinha tido seu pedido de naturalização negado pelo Governo, afirmou-se surpreso: “Eu não sabia que havia alguma coisa contra mim.” Demonstrou que mesmo com a propaganda abertura política, vivia-se ainda um clima de medo no país, pois, “de repente não somos mais nós a resolvermos sobre nossas vidas. É um coronel, outras pessoas. Isso cria uma grande insegurança”, e conclui: “Eu tenho amigos importantes, mas fico imaginando o que ocorre com os operários e camponeses que enfrentam estas situações sem ninguém a olhar por eles. Foram horas angustiantes as que passei”.

Alguns dias depois o departamento da Polícia Federal confirmou que havia realmente uma ordem do Ministério da Justiça no sentido de prender o jesuíta Cláudio Perani no aeroporto. Alertava que ele poderia ser expulso do país a qualquer momento. Mas com os contactos mantidos por D. Avelar, em Brasília, esse assunto foi encerrado. O padre Perani recebeu uma carta de apoio com dezenas de assinaturas (iniciada pela de D. Avelar) do secretariado Regional da CNBB encorajando-o: “Queremos dizer-lhe que estamos a seu lado” e pedia a ele para continuar buscando a “força que vem da palavra do Deus que liberta”.

Menos de um ano após o ocorrido com Cláudio Perani, mais um inaciano do CEAS sofreria ameaça de expulsão. Dessa vez foi o jesuíta espanhol Manuel Andrés Mato. Quando o padre Andrés foi à superintendência da Polícia Federal para pegar um visto de

saída do Brasil para viajar ao Peru, onde iria participar de um congresso, tomou conhecimento de que tinha sido instaurado um inquérito visando sua expulsão do país. Imediatamente informou ao provincial dos jesuítas que tratou de entrar em contacto com D. Avelar Brandão e com a CNBB. Um jornal chegou a afirmar que o processo de expulsão contra o jesuíta era “por práticas e ideologias subversivas”.

O inaciano Andrés Mato já tinha sofrido a repressão dos militares em outro momento. Andrés integrava o corpo docente do IBRADES – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, o CIAS da província do Brasil Centro-Leste dos jesuítas, no Rio de Janeiro, desde 1969. Andrés estava no IBRADES, quando a instituição foi invadida pela primeira vez por militares e agentes do DOPS, no dia 28 de setembro de 1970. No momento da invasão, ele estava ministrando aula sobre “teoria marxista”, enquanto, os militares prendiam integrantes ligados à Juventude Operária Católica (JOC). Na segunda invasão, em 7 de outubro do mesmo ano, ao instituto dos jesuítas, em que eles detiveram o secretário-geral da CNBB, D. Aloísio Lorscheider, vistoriaram o quarto do padre Andrés e de outros jesuítas, deixando sua biblioteca praticamente vazia.

Após esses acontecimentos ficou decidida a ida do padre Andrés para o Centro de Estudos e Ação Social. Mesmo no CEAS, Andrés continuou sendo vigiado pelos militares. O coordenador Cláudio Perani afirmou, que em algumas ocasiões, em que ele foi convocado pelos militares para dar esclarecimentos sobre a atuação do CEAS, o assunto recaía sobre Andrés Mato. Certo dia, um comandante militar começou a ler conversas de Andrés ao telefone que tinham sido grampeadas. O comandante afirmava a Perani que Andrés era comunista.

Os membros do CEAS escreveram uma nota entregue a imprensa comentando a tentativa de expulsão do jesuíta. Eles afirmavam que o caso do Padre Andrés evidenciava “uma das restrições da anistia concedida pelo governo”, posto que além de “não reintegrar os que já foram punidos, como ainda se procura dar curso a processos dessa natureza”. O presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, núcleo da Bahia, e membro do CEAS, Joviniano Neto, cobrou uma posição definitiva dos militares: “o Governo tem que assumir uma posição. Ou deixar os padres pregarem o Evangelho de Cristo, ou dizer que a Bíblia é um livro subversivo”.

Com a intervenção de D. Avelar Brandão Vilela que entrou em contacto diretamente com o então ministro da Justiça, Petrônio Portella, foi encerrado o inquérito sobre a expulsão do jesuíta Andrés Mato. A expulsão do inaciano, em pleno início do governo de João Figueiredo poderia estremecer o relacionamento entre a Igreja Católica e o Estado naquele momento. Tanto no caso da tentativa de expulsão do padre Perani quanto na do padre Andrés foi fundamental a interferência do Cardeal de Salvador que teve uma atitude enérgica em defesa dos dois sacerdotes.

## **Palavras Finais**

Como foi demonstrado aqui, neste breve trabalho, o Centro de Estudos e Ação Social se destacou na luta contra a ditadura militar. Mesmo no período mais repressor do Regime, nos chamados *Anos de Chumbo*, os integrantes do CEAS continuaram fazendo uma oposição pública e legal aos militares. Através, principalmente, dos Cadernos do CEAS, os membros do *Centro Social* denunciaram o caráter autoritário e a violação dos direitos humanos promovidos pelo Governo e criticaram o modelo econômico excludente adotado pelos militares.

O CEAS se tornou, também, um local de aglutinação das esquerdas baianas que pretendessem lutar pela volta ao Regime democrático no país e dos Movimentos Sociais que quisessem se organizar para pressionar o Governo por melhores condições de vida. Na sede da instituição, várias entidades se reuniram para lutar por maior liberdade no

país. Pelo seu embate contra a ditadura e pela importância política que a instituição gozava perante vários setores da sociedade, os próprios militares consideravam o CEAS como a “principal entidade clerical progressista do Nordeste”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil 1964-1984**. Bauru – SP: Edusc, 2005.
- ARNS, D. Paulo Evaristo. “São Paulo, Capital do Trabalho, chamada a ser Modelo de Justiça”. **Cadernos do CEAS**, 27: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, outubro, 1973, p.61-66.
- BENEVIDES, Silvio C. S. **Proibido proibir – Uma geração na contramão do poder**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador, UFBA, 1999.
- BRITO, Antonio Mauricio F. **Capítulos de uma história do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2003.
- CEAS. “Colaboração Igreja-Governo”. **Cadernos do CEAS**, 2: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, março, 1969a, p. 2-15.
- . “Poderes de Exceção e Redemocratização”. **Cadernos do CEAS**, 3: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, março, 1969b, p. 2-15.
- . “A repartição do bolo: fatias e migalhas”. **Cadernos do CEAS**, 21: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, Outubro, 1972, p.1-37.
- . “O médio São Francisco”. **Cadernos do CEAS**, 26: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, Agosto, 1973, p.1-45.
- . Editorial: “Igreja e Estado: Os primeiros sinais de paz?”. **Cadernos do CEAS**, 33: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, setembro/outubro, 1974, p.1-3.
- . “Entrevista – 25 anos de Cadernos do CEAS”. **Cadernos do CEAS**, 150: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, março/abril, 1994, p.14-23.
- CEPLAB – Centro de Planejamento da Bahia. **Economia Baiana: Subsídios para um plano de governo**. Documento – Síntese. Salvador, 1978.
- CNBB, “Declaração dos membros da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”. **Cadernos do CEAS**, 1: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, março, 1969, p. 2-6.
- “Decreto 477”. **Cadernos do CEAS**, 15: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, Novembro, 1971, p.59-61.
- “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo”. **Cadernos do CEAS**, 27: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, outubro, 1973, p. 37-60.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada - O Sacerdote e o feiticeiro**. São Paulo: Cia das letras, 2004.
- GOMES, João C. Teixeira. **Memória das Trevas**. Uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL. **Pastoral da Igreja no Brasil nos Anos 70**. Caminhos, experiências e dimensões. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.
- “Manifesto do Clero da Arquidiocese de São Luis do Maranhão”. **Cadernos do CEAS**, 9-10: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, dezembro, 1970, p. 56-57.
- “Marginalização de um Povo”. **Cadernos do CEAS**, 27: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, outubro, 1973, p.7-36.
- “Nota da Comissão Episcopal do Nordeste I da CNBB”. **Cadernos do CEAS**, 9-10: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, dezembro, 1970, p.58-60.
- OLIVEIRA JR., Franklin. **A Usina dos Sonhos**. . Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 1995.

PRADO, Luiz Carlos e SÁ EARP, Fábio, “O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática**. Volume 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, Romeu (orgs). **As relações Igreja-Estado no Brasil (1970-74)**. Durante o Governo do General Médici. Centro Pastoral Vergueiro. São Paulo: Loyola, 1987.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 -1985”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática**. Volume 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **“Ousar lutar, ousar vencer”**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2003.

SIMÕES, Solange. **Deus, Pátria e Família – As Mulheres no Golpe de 64**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

VARÓN, Paloma e CLAÚDIO, Francisco. **Rumo a terra prometida - A trajetória do grupo Moisés**. Trabalho de final de curso em Comunicação. Salvador, UFBA, 2001.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. “CEAS: Jesuítas e a Questão Social durante a Ditadura Militar”. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2007.